

3 A MEMÓRIA DO MUNICÍPIO

Zélia Jesus de Lima
Prof. Adjunto do Dep. de
Ciências Humanas e Filosofia

RESUMO – *A Memória do Município é construída com base no mapeamento dos acervos documentais sobre a História de Feira de Santana, nos arquivos locais, cidades vizinhas, Salvador, Rio de Janeiro e Brasília. Com os resultados dessa pesquisa serão elaborados instrumentos de trabalho para auxiliar os estudiosos da História Regional, a exemplo de catálogos, guias, inventários etc. e, ainda, contribuir para auxiliar no processo de organização dos arquivos feirenses, dando-lhes função social, ressaltando o direito à cidadania e o resgate do passado. Portanto, a Memória do Município funcionará como um referencial ou uma central de informação, inclusive um espaço para os alunos de ciências humanas treinarem técnicos de uso de documentos e de arquivos, devendo posteriormente transformar-se num Banco de Dados ou Memória Eletrônica Seletiva.*

ABSTRACT – *Memory of the Municipality is a work based on the charting of documents about Feira de Santana kept in local files and in Salvador, Rio de Janeiro, and Brasília. With the result of this research material of work such as guidebooks, inventories, catalogues and others will be prepared. They can help people interested in the study of local History. The material can also give contribution to the reorganization of files in Feira de Santana which represents a social function. The right to citizenship and the past can be regained. So, Memory of the Municipality will serve as a reference to Human Science Students if they want to practice the technical use of documents and files. In the future, it will be transformed in a bank of data, or Selective Eletronic Memory.*

INTRODUÇÃO

O grande desafio da Memória é fazer com que experiências, suprimidas ou privatizadas, da população se reencontrem com a dimensão histórica.

Maria Célia Paoli

Que se entende por Memória? Inicialmente nos vem a idéia de lembrança, registro, conhecimento, experiência do passado¹. Para uma maior reflexão do assunto, vale a pena explicitar alguns pontos a exemplo do que pensam Marilena Chauí, Le Goff e Ulpiano Bezerra de Menezes.

1. Segundo Marilena, na Arte Poética, Aristóteles mostra que a poesia é superior à história, porque se refere ao universal e ao possível, enquanto a história se refere ao particular e ao fato acontecido. Séculos depois, Cícero afirma o

contrário. Interpretando a história como a Mestra da Vida, ele dava-lhe a tarefa de produzir exemplos, modelos ou paradigmas relevantes para que fossem imitados no presente, uma imitação que Aristóteles atribuiu à poesia, ou seja, à literatura.

Apesar da diferença entre essas posições há um pressuposto comum – o da natureza peculiar da Memória. Invocando o nome de MNEMOSYNE, antiga deusa que impede o esquecimento, esses filósofos a colocam do lado da luz, da vidência inspirada na antevisão do futuro, pela compreensão profunda no sentido do passado.

É exatamente essa idéia de passado que interessa ao historiador antigo. Se a observarmos através dos momentos da historiografia, começando pela NARRATIVA quando Heródoto, Tucídides e Xenofonte versam sobre a guerra entre gregos e persas, verifica-se que há uma preocupação no sentido de justiça no que tange ao vencedor. Ou seja, o vencedor de hoje poderá ser o vencido de amanhã, devendo ambos serem respeitados em suas práticas passadas, por um presente que redime. Para Xenofonte, como para os romanos, a questão do passado, isto é, da origem, é decisiva. Da formação à desagregação do Império Ateniense (cidade-Estado), o que importa é oferecer ao presente um remédio para seus males à luz da compreensão de suas raízes. Na opinião do filósofo,

Os homens são mortais, mas se imortalizam pelos seus feitos e os feitos dos antepassados, criam origem da sociedade dando-lhe a imortalidade².

Partindo dessa consciência da morte individual, da preservação coletiva, e ainda, da idéia eterna defendida pelo cristianismo, e passando por mudanças advindas com as guerras da Idade Média, a Memória não será tão somente a da cidade, mas também a dos indivíduos que serão julgados ao longo do tempo. Desde então, nasce a crônica como tradição dos indivíduos e dos grupos.

Neste exato momento, a historiografia moderna procura conciliar a história dos impérios da Antiguidade Clássica (Cidade-Estado) com a crônica medieval dos indivíduos. E, doravante, esse mesmo 'indivíduo' não cessará de ser posto em causa, não obstante, de forma às vezes bastante antagônica. Foi o caso da polêmica Hegel/Kierkegaard, o segundo enfatizando o EU particular, jamais apreensível por qualquer modelo teórico totalizador, esquecendo-se desse EU existencialmente captado, num momento, para voltar-se a ele, inserindo-o em um sistema que tudo explicaria.

Assim é que, por exemplo, na própria luta do sujeito pelo reconhecimento de si, encontrada na dialética do senhor e do escravo de Hegel, assiste-se a um momento daquele sujeito genérico, à sua luta que também é a minha e a... nossa.

Essa luta, deve-se dizer, é a do Espírito, que exterioriza nas diversas instituições humanas (Espírito Objetivo) e as compreende através da arte, da religião e da filosofia (Espírito Absoluto).

Ora, o tema da memória aparece no exato instante em que esses momentos se instauram através do processo histórico, ou melhor, da história compreendida enquanto processo de acumulação e transmissão de saberes adquiridos em épocas

anteriores; em uma palavra, da memória apropriada e reorganizada, já que *aufhebung* é, em Hegel, superação, sem, contudo, negação plena (eliminação) daquilo que fora superado.

Mais tarde, Marx, ao afirmar que existe apenas uma ciência, a ciência da História, e que seu objeto são os fatos que constituem seu processo, ele queria expressar que o presente só é inteligível à luz do passado, compreendido para ser transformado, nunca repetido. Isto porque, a História da Humanidade até o momento fora a história da opressão, visão menos romântica da memória coletiva do que aquela idealizada por Hegel.

2. Estudando a Memória Coletiva, Le Goff inspira-se na obra de Leroi-Gourhan e classifica a História da Memória em cinco períodos: transmissão oral, transmissão escrita com tábuas ou índices, ficha simples, mecanografia e seriação eletrônica, ressaltando as três principais operações realizadas pelo computador: escrita, memória e leitura³.

Diante do exposto, o autor tenta demonstrar que a memória eletrônica, a nível tecnológico, tem revolucionado cada vez mais as realizações das diversas memórias. Mas do ponto de vista das ciências sociais, em particular da história, a Memória Eletrônica é uma auxiliar, destacando-se a utilização das máquinas, no domínio dessas ciências, e o efeito metafórico da extensão do conceito.

3. Ulpiano Bezerra de Menezes, abordando sobre a Memória Municipal da cidade paulista, levanta três pontos básicos⁴.

a) A *Memória é seletiva* porque nem tudo que ela registra, e do que registra, aflora à consciência. Desse modo, não devemos concebê-la como um pacote de "coisas prontas", capazes de serem objetivamente reunidas como fazem muitos dirigentes, para escapar de suas atitudes de omissão.

b) A *Memória não pode ser induzida ou forjada* para ser objeto da história, e historicamente conhecida. Essa manipulação é de natureza ideológica, um processo psicossocial de representações de si mesmo, que reorganiza simbolicamente o universo das coisas e das relações, isto é, produz mecanismos particulares de legitimação.

c) A *Memória funciona como suporte de identidade*, sendo de tendência conservadora, isto porque o conceito de identidade implica a semelhança de si próprio. Esta semelhança é formulada como condição sócio-psíquica e se alia mal a conteúdos novos. O novo constitui uma ameaça, sempre. Dos ensinamentos desses autores, tiramos algumas lições para refletir a construção da Memória do Município de Feira de Santana.

Em primeiro lugar, a Memória funcionando como suporte da história da sociedade ou como crônica das classes sociais e de seus homens ilustres, tem o papel de nos liberar do passado enquanto fardo, repetição. Nesse sentido, uma memória política deve estar atenta para as diferenças na relação passado/presente e atenta também para as memórias sociais que constituem o presente sob uma única

memória oficial, comprometida com as formas recentes de dominação. Segundo Marilena Chauí, é preciso refletir essas questões, para não se construir uma memória fadada à repetição e impedida de renovação, ou seja, cúmplice de seu próprio *status quo*.

No caso da Memória Eletrônica, ela facilita o intercâmbio entre os patrimônios documentais que constituem a memória nacional, mas pode resultar tanto num valioso instrumento de trabalho, como num instrumento de poder. Explicando assim, Le Goff preocupa-se com a influência da analogia entre a Memória Eletrônica e os outros tipos de Memória. Essa preocupação pode ser entendida como uma advertência: um Banco de Dados deve ser implantado não apenas com o sentido das tecnologias modernas, automatizando documentos ou descartando-os irrefletidamente, mas para facilitar o trabalho do pesquisador orientado pela produção de uma memória coletiva espontânea.

E, por fim, avaliando os três pontos da Memória Municipal, Ulpiano levanta um aspecto fundamental sobre a relação passado/presente. Para o historiador, a memória não é um pacote de “coisas acabadas” onde a INFORMAÇÃO obtida a partir de certos documentos seja apropriada por interesses particulares: tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e ainda dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

I A RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

*Povo que não conhece sua história está
condenado a repetir seus erros.*

Francisco Luiz Teixeira Vinhosa
Coordenador do Mestrado em História, UFRJ.

1 Memória não é história

Na interpretação do pensamento marxista, a história da sociedade lida com relação, processo, estruturas que constituem configurações sociais de vida. Essas configurações, por sua vez, expressam-se em realidades históricas gerais e específicas da economia, da política, da cultura etc, numa perspectiva de espaço-tempo. A Memória, portanto, surge a partir dos testemunhos dessas realidades. Assim, na relação entre Memória e História, a Memória é um referencial que facilita a análise dos fenômenos sociais.

Dentro dessas reflexões, é preciso deixar claro que a Memória não é História e jamais pode ser interpretativa. O historiador, para fazer a história, necessita dos

aportes que lhe proporcionam o todo abrangente, isto é, a Memória. Cada geração tem os seus próprios aportes. Melhor dizendo, cada geração tem, de seu país, cidade ou município, a memória dos acontecimentos que são os pontos de amarração de sua história. Incluímos aqui as lembranças vividas por indivíduos ou grupos sociais que marcaram, com seu trabalho, a construção social desses lugares.

Porém, se analisarmos atentamente as relações entre Memória e História, podemos dizer que há um certo consenso de que essa história por nós vivida, principalmente neste século, sofre um processo de ruptura em relação ao passado e o equilíbrio instável do presente. Naturalmente, isto deixa em suspenso o próprio futuro das sociedades contemporâneas, especialmente das grandes sociedades municipais ou regionais, ávidas por imitarem aspectos das metrópoles nacionais, desprezando assim, suas próprias características⁵.

Recentemente, o Prof. Francisco Vinhosa, explicando os objetivos da pós-graduação na sua Universidade, afirmou que a pesquisa na área das ciências humanas é tão importante quanto as realizadas na área de ciências exatas. Estamos de pleno acordo; em nossa opinião, a grande importância da pesquisa, nessa área, particularmente na de História, consiste em ressaltar o espaço da cidadania e o direito ao passado.

O espaço da cidadania, no que se refere à produção de uma história e de uma política democráticas da Memória, não precisa ser preenchido por um novo herói. A Memória será um instrumento de trabalho para o pesquisador, ajudando a desmontar os mecanismos de institucionalização do significado que a sociedade constrói a seu respeito e ao de seus cidadãos, suas diferenças, suas identidades, suas desigualdades.

Quanto ao direito ao passado, orienta-se a Memória para a produção histórico-cultural e artística que não repudie suas próprias raízes, reconhecendo a participação da sociedade nos valores simbólicos com a consciência do "fazer parte" de um todo. Ou seja, um todo cujos testemunhos por direito possam ser resgatados e transformados na memória coletiva.

2 O sentido do resgate da memória

Até então, mostramos que a memória social constituiu um dos sólidos instrumentos de poder dos vencedores, para destruir a memória dos vencidos e para impedir que algo novo pudesse ressurgir e fosse capaz de questionar a legitimidade da dominação. De outro lado, os historiadores profissionais não são os únicos marginalizados da História Oficial que alimentam o desejo de recuperar o seu passado desaparecido. Intelectuais ou não, a exemplo das etnias e das minorias sociais, experimentam iniciativas de pesquisa com o firme propósito de reencontrar suas origens.

A nosso ver, não precisamos reunir a memória total do País, inventariando todo seu patrimônio cultural, visando a combater "os senhores da Memória e do

esquecimento". Façamos a nossa parte, afinal, a informação perdida não se recupera mais. À medida que o resgate da Memória torna-se uma realidade, tanto melhor para que o historiador possa produzir um trabalho, trazendo o passado até nós, revivendo, questionando e projetando-o para o futuro.

O sentido do resgate da memória é o da implantação dela própria enquanto instituição auxiliar das ciências humanas. Ela surge posterior ao acontecimento. Portanto, é a base para a construção da identidade do indivíduo e dos grupos sociais dentro de um espaço/tempo determinados. A preservação e divulgação do patrimônio histórico-cultural e suas várias modalidades deve ser um benefício em favor da comunidade, sem demagogias. Ao elaborarmos instrumentos de trabalho modernos, atuais, integrados aos programas da memória nacional, estaremos contribuindo não só para o enriquecimento da historiografia brasileira, como respeitando as especificidades da historiografia regional.

II O FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Antes de tratarmos dessa questão, vamos abordar dois aspectos fundamentais, a falta de preservação e organização dos arquivos e a não-centralização da informação.

a) Até o presente nenhum ato político ou administrativo comprova iniciativas no que tange à *preservação dos arquivos, organização e divulgação de Guias ou Catálogos*. O Município de Feira de Santana não foge à regra do Brasil, país que não tem Memória. Sua preocupação está centrada no desenvolvimento da indústria, do grande comércio, da modernidade. Até mesmo a data de sua emancipação política, separando-se de Cachoeira, foi trocada. Em lugar de 18 de setembro de 1833, 16 de junho de 1873, quando a sua sede foi elevada à categoria de Cidade Comercial⁶.

Não somos contra o progresso, transformação, mas o ritmo das inovações ocorridas na cidade, coloca em risco o resgate de sua própria identidade, o que também vem sendo constatado por profissionais de outros setores da sociedade.

Na euforia do desenvolvimento, Feira de Santana transfere a sua feira-livre que ocupava as principais ruas e avenidas para o Centro de Abastecimento. Patrimônios arquitetônicos e artísticos são abandonados ou demolidos para dar lugar a novas construções. Contribui-se para a descaracterização do artesanato, do folclore, da Micareta (o maior carnaval temporário do País) e até mesmo das festas religiosas tradicionais, visando atender o turismo. Além disso, silenciaram-se as filarmônicas, fecharam-se os teatros, substituíram-se os nomes de ruas ou avenidas por outros, de pessoas que simplesmente ocuparam cargos de confiança, desrespeitando as tradições históricas locais.

Um centro urbano com meio milhão de habitantes precisa sensibilizar-se para o seu patrimônio documental. Jornais antigos, papéis importantes, livros, fotografias

e tantos outros transformam-se em arquivos 'mortos', abandonados. Os arquivos da cidade, com raras exceções, não têm condições para atender aos pesquisadores. Os que freqüentam essas instituições enfrentam sérias dificuldades, principalmente os estudantes e professores da UEFS, que disputam com os funcionários mesas, cadeiras para a leitura de documentos.

b) *O problema da não-centralização da informação* não é recente, nem específico de Feira de Santana. Aqui, essa questão começa no século XVIII com a formação do antigo Arraial de Santana, nas terras da Freguesia de São José das Itaporocas, atual Distrito de Maria Quitéria, até meados do século XIX, com a criação da comarca local. Os documentos administrativos, por motivo de segurança, eram guardados nessa Freguesia. As instituições municipais, recém-criadas a exemplo da Câmara, Cadeia e Justiça, não tinham prédios próprios. Funcionavam em casas de aluguel, com paredes de adobe. As verbas para a conservação desses imóveis eram difíceis de se conseguir, tanto no Município como no Tesouro da Província, não havendo assim local seguro onde se guardassem os documentos. Ainda no século XIX, os documentos feirenses estiveram sob a responsabilidade de Cachoeira e, posteriormente, levados para o Arquivo Público do Estado, sob a alegação dos estragos causados pelas enchentes do Rio Paraguaçu.

Abordando a não-centralização dos acervos documentais, o jornalista José Berbert de Castro, quando Diretor do Arquivo do Estado, leu entre os papéis ali guardados, dois avisos do Governo Central. Neles, constavam designações do poeta Gonçalves Dias e do historiador Alexandre José de Melo Moraes, para que se procedesse, nas repartições da Província da Bahia, o recolhimento de documentos que interessavam à História da Independência de nosso País, levando-os para o Rio de Janeiro. Assim, muitos documentos da Cidade de Cachoeira, e, conseqüentemente, de Feira de Santana, foram parar na Biblioteca Nacional.

O problema da não-centralização da Memória estende-se às Bibliotecas e Arquivos da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, e do Congresso Nacional. Nestas instituições, há registros das práticas individuais e coletivas dos políticos feirenses, em Livros de Atas, Correspondência, Diário Oficial, Coleções de Documentos Históricos, Anais etc.⁷

1 As linhas de ação da memória

Diante dessas considerações, a Memória do Município é uma CENTRAL DE INFORMAÇÃO de apoio à pesquisa histórica regional, a partir das seguintes linhas de trabalho:

- Levantamento das fontes históricas, culturais e artísticas nos arquivos de Feira de Santana, cidades vizinhas, Salvador, Rio de Janeiro e Brasília.
- Divulgação de instrumentos de trabalho: Guias e Inventários com os resultados do levantamento. Nesse sentido adotamos as metodologias do Arquivo Público e da Fundação Banco Econômico (Arquivo Teixeira de Freitas).

- . Produção científica e informativa: A "SÉRIE MEMÓRIA DO MUNICÍPIO" resenhas, artigos, boletins;
- . Reunião com dirigentes dos Arquivos da Comunidade para discutir e encaminhar soluções no que se refere a auxílio à organização dessas entidades, dando-lhes função social. Campanha de preservação e restauração de documentos;
- . Intercâmbio com instituições congêneres;
- . Seminários e reuniões com representantes da comunidade, especialmente com estudiosos da História Regional, para discutir temas básicos ligados à Memória do Município e aos projetos de pesquisa em andamento na área de ciências humanas e afins.

2 As propostas da memória

A Memória do Município, funcionando provisoriamente na Sala 8 da Biblioteca Central da UEFS, divulgará em maio próximo, parte de suas pesquisas na comunidade acadêmica. Na oportunidade, será realizada uma exposição com trabalhos feitos pela equipe de estagiários* e alunos do Curso de História. Haverá, também, palestras ressaltando a "SITUAÇÃO DOS ARQUIVOS LOCAIS", inclusive um treinamento com os alunos que se interessarem por técnicas arquivistas. Particularmente, as propostas da Memória são:

- . Aproveitar a infra-estrutura dessa entidade, transformando-a num Banco de Dados e integrando-a à Memória Nacional;
- . Definir as linhas de produção científica a partir do mapeamento das fontes históricas divulgadas nos Guias e Inventários;
- . Atender ao estudante do segundo e terceiro graus, no que tange ao levantamento de fontes para projetos, subprojetos, estudos, seminários, referentes a temas ligados ao Município de Feira de Santana ou de sua região.

Até aqui, mostramos que a Memória do Município não representa a sua história, mas contribuições, ou eixo comum de problematização e debate sobre o direito ao passado e a sua relação com a cidadania.

Decididamente, o Município de Feira de Santana está empenhado em desenvolver-se econômico, social e tecnologicamente. Quanto ao patrimônio documental, a situação é outra: é preciso dialogar e conscientizar a sociedade para preservar e divulgar os testemunhos da história local. Ressalta-se que a modernidade é necessária, mas deve-se pensar com inteligência os sentimentos coletivos, as diver-

* A primeira equipe de estagiários era composta de Joaquim José Neto, Maria Cristina Pina, Maria Helena e Derlúcia Mesquita. A segunda é constituída por Cristina Barbosa Oliveira, Silvana Maria Batista e Aldo José Moraes.

sidades culturais e acima de tudo, a "sabedoria de nossos silêncios", refletindo cuidadosamente aquilo que o poeta Carlos Drummond de Andrade expressou:

E como ficou chato ser moderno:

Agora quero ser eterno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. p.10-20
 - ² CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: D.P.H., 1992. p.41-42.
 - ³ LE GOFF, Jacques. Memória e história. In: *Enciclopédia Enaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda. sd.
 - ⁴ MENEZES, Ulpiano Bezerra. Memória Municipal: história urbana. *Revista Cepan*, v.4.n.1, p.29-32, 1991.
 - ⁵ CORREA E CASTRO. Luís Paulo. Povo que não conhece sua história está condenado a repetir os seus erros. *Jornal Perspectiva Universitária*, UFRJ, 1971, p.4.
 - ⁶ COLEÇÃO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA, período de 1870 a 1880. Arquivo Público do Estado da Bahia.
 - ⁷ GUIAS HISTÓRICOS DA COLÔNIA IMPÉRIO E REPÚBLICA. Arquivo Público do Estado da Bahia; guia da Memória do Arquivo Teixeira de Freitas que trata dos documentos existentes na área do Pelourinho em Salvador-Ba.
- FICHAS DE DOCUMENTOS DOS ARQUIVOS DE CACHOEIRA. Prefeitura Municipal da cidade de Cachoeira.
- FICHAS DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO. Feira de Santana; FICHAS DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS. Feira de Santana;
- COLEÇÃO DE ANAIS DOS ARQUIVOS ESTADUAIS: Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo;
- REVISTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ARQUIVISTAS, v. 1989, 1990, 1991.